



# Anais da Assembléia

N. 12

CURITIBA, QUARTA, EM 11 DE MARÇO DE 1987

ANO XIII

1. <sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 3.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 1987.  
QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Edmar Luiz Costa.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Verra Agibert, José Alves, Acyr Mézzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Costenaro, Antônio Bárbara, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furriatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Rubens Bueno, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Vilela e Werner Wanderer (47). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Artagão Mattos Leão, Dirceu Manfrinato, Homero Oguido, José Filinto, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti e Mário Pereira (07).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a  
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Em votação a ata que acaba de ser lida. Aprovada.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, solicito verificação de votação da ata.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Já é matéria vencida, nobre Deputado e Vossa Excelência é um Deputado experiente. Como a matéria é pacífica, ninguém pediu verificação de quorum, e foi aprovada.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados, porém, sem prejuízo do resultado da ata aprovada.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

31 Senhores Deputados responderam a chamada.

Há "quorum" para prosseguimento da sessão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência para a tramitação dos Projetos de Leis:

320/85 - que declara de utilidade pública as entidades constituídas no Estado, integrantes das instituições "LIONS CLUB DO BRASIL";

321/85 - que declara de utilidade pública a FUNDAÇÃO FACULDADE DE CIÊNCIAS E HUMANAS DE FRANCISCO BELTRÃO;

15/86 - que concede o título de CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ ao Senhor SANSÃO JOSÉ LOUREIRO;

167/86 - que declara de utilidade pública o SERVIÇO DE OBRAS SOCIAIS, com sede e foro em Miraselva;

202/86 - que declara de utilidade pública a AÇÃO SOCIAL E EDUCACIONAL "O BRASIL PARA CRISTO";

205/86 - que dispõe sobre a categoria funcional de Administração, código P-15, fica transformada para a categoria funcional de Administrador;

230/86 - que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS de São João do Ivaí - PR.

265/86 - que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AMIGOS NÚCLEO RESIDENCIAL - JARDIM YPÊ, com sede nesta Capital.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1987.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, preferência de Discussão e Votação aos Projetos de Lei nºs. 291/86 e 293/86.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1987.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, dispensa da Discussão e Votação da Redação Final para todos os projetos de Leis e Resoluções aprovadas em 3ª Discussão e que não sofreram emendas em suas tramitações, e que constam da Ordem do Dia para a sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1987.

(a) PIRAJÁ FERREIRA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no inciso III, § 1., do Art. 156, do Regimento Interno, o encerramento da 3ª Discussão dos Projetos de Lei nºs. 291/86 e 293/86, constantes da Ordem do Dia da sessão de hoje.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1987.

(a) CAÍTO QUINTANA

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, na condição de Líderes das Bancadas, que as sessões das quintas-feiras sejam realizadas a partir das 10:00 horas.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1987.

(aa) CAÍTO QUINTANA

Líder do PMDB

PEDRO TONELLI

Líder do PT

ANTÔNIO BELINATI

Líder do PDT

ERONDY SILVÉRIO

Líder do PTB

BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei n. 02/87, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1987.

(a) ORLANDO PESSUTI

LEI N. 8414

Data 21 de novembro de 1986.

Súmula: Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE APOIO À CRIANÇA COM NEOPLASIA, com sede e foro no Município de Curitiba.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE APOIO À CRIANÇA COM NEOPLASIA, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO, EM CURITIBA, em 21 de novembro de 1986.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS

Governador do Estado

LUIZ CORDONI JÚNIOR

Secretário de Estado da Saúde e do Bem-Estar Social

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais desta Assembléia Legislativa, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Hassan Abdul Ghane Hachicho, ocorrido no dia 04 de março próximo passado.

Imigrante Libanês, radicado há muitos anos em Nova Esperança, exerceu, junto com sua numerosa família, papel decisivo para o progresso e desenvolvimento da região. Seu falecimento deixa uma enorme lacuna, pois, será sempre lembrado pelos amigos como um homem corajoso, dedicado e leal.

REQUER, ainda, que da decisão desta Casa, seja dado ciência à família enlutada no seguinte endereço:

Praça Mello Palheta, 84 - Nova Esperança. Sala das Sessões, em 11 de março de 1987.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado nos Anais da Casa um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor Deoclesiano Batista Carneiro, ocorrido no dia 08 de março do corrente, em Curitiba. O extinto era pai do ex-Deputado Augusto Carneiro.

Outrossim, solicita que da decisão

desta seja dado ciência à família enlutada, no seguinte endereço:

Rua Buenos Aires, 639 - Ap. 1001. Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1987.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhoreta Aparecida de Fátima Grigoletto, ocorrido prematuramente, no dia 02 de março passado, na Cidade de Nova Esperança.

O desaparecimento chocou profundamente a referida cidade, onde a extinta desempenhava a função de funcionária pública municipal.

REQUER, ainda que da decisão desta Assembleia Legislativa, seja dado ciência à família enlutada, no seguinte endereço:

Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, 747 - Nova Esperança - PR.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1987.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de profundo pesar nos Anais desta Assembleia Legislativa, pelo passamento do Senhor Polidoro Antônio Fernandes, ocorrido no dia 27 de fevereiro de 1987.

O extinto era natural do Estado de Santa Catarina, porém, estava radicado há 27 anos na Cidade de Nova Esperança, onde, em 1960, fundou o Jornal "O REGIONAL" de fundamental importância para o município e toda a região.

Deixa viúva Orávia Calazans Fernandes e os seguintes filhos: Lucidoro, Liraci, Édson, Wilson e Soraia. Seu passamento entristeceu a Cidade de Nova Esperança, que conhecia sua luta, dedicação e carinho pela profissão que abraçou.

Outrossim, REQUER ainda, que da decisão desta Casa seja dado ciência à família enlutada no seguinte endereço:

Prefeitura Municipal de Nova Esperança, aos cuidados do Senhor Édson Fernandes.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1987.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

Líder do PFL

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de

expediente ao Senhor IRIS REZENDE, Ministro da Agricultura, solicitando tratamento diferenciado pelo Governo Federal aos pequenos e médios produtores do Sudoeste Paranaense, no que se refere aos financiamentos para investimentos efetuados no período compreendido entre 28/02/86 a 28/02/87.

Sala das Sessões, em 11.03.87.

(a) HAROLDO RODRIGUES FERREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

Considerando que, com o advento do Plano Cruzado os produtores foram conclamados a investir em suas propriedades buscando aumentar a sua produtividade, e é importante que o Governo Federal venha a tomar medidas que garantem aos produtores, condições para que estes continuem com suas atividades.

Portanto, sugerimos que sejam tomadas as seguintes medidas:

1) A imediata regulamentação, pelo Governo Federal, de tratamento diferenciado aos mini, pequenos e médios produtores, relativamente aos encargos financeiros nas operações de crédito rural, bem como a garantia de recursos suficientes e oportunos à comercialização da atual safra de verão.

2) A imediata eliminação, pelo Governo Federal, em caráter definitivo da cobrança da correção monetária sobre os financiamentos agrícolas no período em que a OTN se manteve congelada e criar condições especiais para o pagamento das dívidas contraídas, uma vez que trata-se de investimentos de médio e longo prazos.

3) A suspensão imediata das execuções judiciais de propriedades rurais cedidas em hipoteca como garantia de financiamento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, e após ouvido o Plenário o Deputado infra-assinado, REQUER seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Agricultura, com cópias para a CIBRAZEM e CFP - Comissão de Financiamento de Produção, solicitando a suspensão das autorizações para utilização dos armazéns do IBC de Ponta Grossa e Palmeira, para os produtores de milho que não pertençam à região dos Campos Gerais, caso contrário, os produtores dessa região sofrerão sério colapso na colheita deste ano.

O armazém da CIBRAZEM é de suma importância ao desenvolvimento da colheita de milho na região dos Campos Gerais e vem atendendo os Municípios de Arapoti, Castro, Tibagi, Prudentópolis, Ipiranga, Ivaí, Teixeira Soares e Ponta Grossa. Os agricultores assistidos são aqueles que não têm onde entregar os seu produto e não

são ligados a nenhuma cooperativa.

A capacidade de armazenamento da CIBRAZEM é de 210.000 toneladas. Hoje se encontra ali estocadas 175.000 toneladas de trigo e 30.000 toneladas de milho, de safras anteriores, ficando, portanto, um espaço disponível de apenas 5.000 toneladas, o que inviabiliza o atendimento da colheita deste ano.

Restou com alternativa aos agricultores da região, os armazéns do IBC dos Municípios de Ponta Grossa e Palmeira. A CIBRAZEM, ofertou a remoção de 30.000 toneladas de milho, ou seja, 15.000 toneladas para cada um desses armazéns. No entanto, a CFP autorizou a remoção de apenas 10.000 toneladas para o IBC de Ponta Grossa, o que, de maneira alguma resolveu a situação. Além disso, a CFP vem autorizando que outras regiões estoquem seu milho no IBC de Palmeira, prejudicando sobremaneira os agricultores da região dos Campos Gerais, os quais se encontra sem a mínima condição de atendimento.

Assim sendo, necessário se faz que sejam tomadas urgentes providências, no sentido de que os armazéns do IBC de Ponta Grossa e Palmeira sejam de exclusivo uso dos produtores da região, ou que, pelo menos, lhes seja preservado o direito de maior volume de estocagem do que aos de outras regiões, evitando-se que os agricultores da região dos Campos Gerais venham a sofrer uma derrocada, vendo desperdiçado o produto do seu trabalho, tão importante ao desenvolvimento agrícola do nosso Paraná.

Sala das Sessões, em 11.03.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, envio de ofício ao Excelentíssimo Senhor HEINZ GEORGE HERWIG, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando estudos visando estabelecer uma passagem por balsa, entre o Município de Santa Helena e Porto Índio, no Paraguai.

Sala das Sessões, em 11.03.87.

(a) MÁRIO PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

A presente reivindicação foi apresentada pela Associação Comercial e Industrial de Santa Helena, na XXVI reunião da Coordenadoria das Associações Comerciais e Industriais do Oeste do Paraná - CACIOPAR.

Faço minha a justificação encaminhada a este Parlamentar, pela Entidade, contida em expediente, a qual transcrevo abaixo.

"Esta reivindicação é uma velha aspiração da comunidade empresarial santahe-

lense, dos paraguaios e dos irmãos brasileiros, que residem nas imediações da fronteira daquele vizinho País, que se valem do comércio de Santa Helena para fazerem suas compras.

Já existe implantado, inclusive nas duas margens do rio, o sistema aduaneiro que atua como órgão orientador e fiscalizador de transações comerciais de um País para outro, o que já contribui, de certa maneira, para a concretização dessa importante reivindicação daquelas comunidades, com grande ênfase para o comércio da Cidade de Santa Helena, que será a maior beneficiada alcançando resultados altamente positivos e, como consequência importante, o desafogo de trânsito na Ponte da Amizade".

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 011/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

#### DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a "COLÔNIA DE PESCADORES Z-7 DE GUARATUBA", com sede na Cidade de Guaratuba e foro jurídico na Comarca de São José dos Pinhais.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.87.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Domingos Scarpellini.

#### JUSTIFICATIVA:

A Entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, encontra-se devidamente registrado no Cartório de Registros de Pessoa Jurídica, de n. AN-1, às fls. 23 sob o n. de ordem 43, datado de 30 de março de 1986.

Entre as suas finalidades estatutárias, podemos citar:

1 - defender os direitos e interesses de seus associados;

2 - combater o analfabetismo, promovendo a instrução primária dos filhos dos associados, como dos próprios associados, mantendo para esse fim, escolas nos lugares mais convenientes;

3 - unir por laços de cooperação e solidariedade os pescadores, estimulando seus sentimentos de brasilidade;

Com isso, esperamos contar com o apoio e aprovação dos nobres Membros desta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 012/87

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art.1.º - Fica declarada de utilidade

pública a "TENDA ESPIRITUALISTA FILHOS DE UMBANDA", com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.03.87.

-(a) ANIBAL KHURY

#### JUSTIFICATIVA:

Entidade da qual se pretende seja declarada de utilidade pública, denominada de "Tenda Espiritualista Filhos de Umbanda", destina-se à prática e estudo da religião de Umbanda e de Espiritualismo. Foi fundada em 08 de julho de 1978. É a mesma entidade filantrópica, com objetivo essencial de prestar assistência espiritual e social, sem fins lucrativos (conforme art. 5º, parágrafo único, do Estatuto e Declaração anexa).

A documentação que acompanha a presente proposição preenche todas as exigências estabelecidas na Lei n. 6.994, de 10.01.78, que regula no nosso Estado a declaração de utilidade pública.

Com isso, esperamos contar com apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta Excelsa Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Confesso que quando cheguei em casa ontem à noite, e assisti o jornal pela televisão, não quis acreditar que aquilo estava acontecendo neste País e hoje quando vejo nos jornais, estampado nas primeiras páginas "O Exército ocupa a Refinaria de Araucária", como é a manchete do "Correio de Notícias".

Abro o "Diário Popular" e vejo a manchete e vejo soldados com baionetas - "Exército cerca a Petrobrás e garante a Ordem em Araucária". Abro a "Folha de Curitiba" e encontro a manchete "Exército na Refinaria" - "Tropas do Exército Tomam Conta da Refinaria da Petrobrás".

Vou mais ainda: abro o "Estado do Paraná" e a manchete também não é diferente "Exército intervém na Petrobrás. O "Jornal do Estado" "Hoje o Dia D - Exército Ocupa Refinaria".

A Gazeta do Povo, dentro da sua linha mais moderada, mostra a fotografia de soldados de baionetas, dizendo da presença do Exército. E eu que pensei que depois na Nova República, depois das mudanças que foram implantadas neste País, nunca mais se ouvia falar de que o Exército tomava conta das ruas, das praças, dos portos,

das refinarias, enfim nunca mais o Exército voltaria a exercer determinadas posições que está exercendo e isso nos amedronta, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Porque estamos vivendo um tempo novo, pelo menos nós queremos viver um tempo novo, e estamos vendo na verdade isso tudo aqui. Vejo os jornais do Brasil afora e vejo as manchetes, não são diferentes. O "Jornal da Tarde", a greve dos petroleiros também sendo ocupada pelas tropas dos fuzileiros navais. De repente, preocupa-me que por terra e mar já tomaram conta, falta apenas a Aeronáutica agora se mostrar presente.

E fico a indagar, a pensar. O que é que está acontecendo? Será que é no Governo da Nova República que está acontecendo tudo isso? Será que esses tempos não passaram, pelo menos foi o que o PMDB pregou em palanques em 1982? Foi o que o PMDB pregou em palanques em 1985 e 1986, e esses tempos não voltariam mais? E o que é que estamos a ver? Exatamente tudo, talvez até pior do que acontecia antes.

Isso tudo nos amedronta, nos deixa naquele clima de expectativa, num clima de tensão e não porque não dizer de medo. Ninguém sabe se saindo para o trabalho hoje vai voltar para casa num transporte coletivo, porque de repente pode parar. Ninguém sabe se sai para o banco para receber a aposentadoria, se vai voltar para casa, se o banco está aberto, se volta com o dinheiro da miserável aposentadoria ou não. Tudo isso nos preocupa e preocupa-me mais na área de segurança. E se tivéssemos nós aqui nesta Casa o recurso que tenho eu, que tem o Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, o Senhor Deputado Pirajá Ferreira, nós de rádio; tivéssemos o recurso de uma técnica para soltar, para fazer aquele efeito para hora de dizer a manchete, nós faríamos aqui um programa evidentemente igual a um programa de rádio, porque a notícia é isso aqui, minha gente. A notícia é esta. E eu tenho certeza, que da mesma maneira como eu penso, o companheiro Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti também nos seus programas já tem até solicitado que o Exército venha às ruas para combater a criminalidade, para dar segurança ao povo. E nós temos vivido em Curitiba nestes últimos dias que apenas no final de semana tivemos quatro assassinatos.

Que bom seria, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que o Exército viesse às ruas para combater assassinos, para garantir a segurança do povo, mas não para intimidar aqueles que estão fazendo uma greve reivindicando melhores condições de vida.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Belinati) - Concedo a palavra ao Segundo Orador inscrito Senhor Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados.

Cumprindo o dever de Parlamentar, principalmente por estarmos neste início de Legislatura coordenando basicamente o Bloco Parlamentar Agropecuário desta Casa, mesmo porque com o final da Legislatura passada, sessão legislativa do ano de 1986, nós diríamos que esse Bloco esteve extinto por alguns dias e que ainda não está organizado. Mas alguns Deputados, em torno de quinze, já estiveram por duas ocasiões participando de reuniões que foram por nós e pela Presidência desta Casa convocadas, e desta forma entendemos nós que esses quinze Parlamentares estão a fazer parte deste Bloco Parlamentar Agropecuário.

Ontem, o Paraná todo parou para acompanhar o movimento dos agricultores. Hoje, ainda algumas cidades do Paraná continuam paradas em todas as suas atividades, ou pelo menos a maioria das suas atividades também estão suspensas.

Ainda há pouco, falava com as Lideranças do movimento dos agricultores, no Vale do Ivaí e nos era dado a informar que bancos estavam bloqueados em Ortigueira, Ivaiporã, Jardim Alegre, Cândido de Abreu e Manoel Ribas e que no período da tarde, deveriam também estar bloqueados os bancos da cidade de São João do Ivaí e de Rio Bom. E também no Sudoeste os bancos permaneciam bloqueados e neste caso específico, não só os bancos, mas também algumas rodovias. E na região de Toledo, oeste do Paraná, também os bancos estavam fechados e em alguns lugares como Cândido de Abreu, até mesmo em solidariedade ao movimento, a Prefeitura daquele município também fechou a sua porta.

Portanto, Senhor Presidente, cabe aqui fazer o registro, visto que pela análise superficial ainda existente, o movimento dos agricultores levado a efeito no dia de ontem, no Estado do Paraná, na nossa opinião e na opinião daqueles com quem temos conversado, logrou total e pleno êxito.

Não pelas conquistas talvez ocorridas no dia de ontem, mas pela marca que mais uma vez se registra da unidade de todas as correntes ligadas ao meio rural - onde cooperativas, sindicato de trabalhadores, sindicatos patronais, associações, sociedades rurais, todas se unam, como a única força em favor e na defesa da agropecuária paranaense. Mas se tudo está bonito em termos de organização, mas se tudo está correndo bem do ponto de vista da mobilização, algumas coisas nós temos que chamar a atenção para que acabe e não possa vir a

ocorrer amanhã ou depois, cabe aqui uma primeira denúncia nossa. Porque ontem, quando se desenvolvia o bloqueio na rodovia BR-466 no trevo da cidade de Manoel Ribas, policiais da Polícia Rodoviária do Estado do Paraná, foram lá para tentar intimidar talvez os manifestantes, os bloqueadores de rodovia, e talvez para dialogar. Mas, o diálogo aconteceu com ameaças de escopetas e isso não é o que queremos, isso não é o que estamos pedindo para os nossos governantes. Nós queremos sim, que a Polícia Rodoviária vá lá, mas para dar segurança ao nosso movimento, o movimento dos agricultores.

Faço esse registro e apelo desta tribuna ao Senhor Secretário Jesus Sarrão, para que dê ordens e determine aos seus comandados que tenham o máximo de cuidado nos diálogos e nas conversações, que doravante forem ter com os agricultores. E dialogue sim, mas sem a necessidade de escopeta na mão, apontada para o agricultor paranaense.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Senhor Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"A cada dia que passa, a imprensa nacional está a destacar novos e belos pontos turísticos espalhados pelo Nordeste do Brasil. Que às vezes nem são tão novos e sequer tão belos quanto apregoam. Mas a intensa propaganda em torno desses locais funciona como ponto de chamamento, através de investimentos dos Governos Estaduais e Federal. Aqui no Paraná, possivelmente tenhamos lugares muito mais bonitos que esses, que se encontram esquecidos pela EMBRATUR e outros órgãos do Governo Federal. A teimosia da Rede Ferroviária Federal em negar atendimento à instalação de uma linha de Maria Fumaça no curto trecho entre Morretes e Antonina é o maior exemplo disso. O que se torna ainda mais grave ao constataremos ser um representante paranaense, o Presidente da Rede Ferroviária Federal, senhor Osiris Stenghel Guimarães.

Antonina e Morretes são dois pólos turísticos riquíssimos, ainda que enfrentem dificuldades em seu desenvolvimento. A implantação de uma composição de passageiros puxada por uma Maria Fumaça serviria como ponto de fácil atração, por se tratar de uma viagem rápida, não mais que trinta minutos para percorrer a curta distância entre as duas cidades. Mais ainda: atrairia o turista para o percurso ferroviário da Serra do Mar e todas as suas belezas, aumentando o fluxo turístico nas duas

históricas cidades paranaenses e contribuindo para o fortalecimento de sua estrutura.

O investimento que a Rede Ferroviária Federal tem feito em todo o Brasil não pode ser negado ao Paraná. Ainda em outubro do ano passado foi implantado um trecho de Maria Fumaça no Rio Grande do Sul, para cobrir quarenta e oito quilômetros, numa viagem de mais de duas horas. Os custos de manutenção serão, evidentemente, bem mais elevados que os necessários para manter essa linha no litoral paranaense. Mas, o Rio Grande ganhou sua Maria Fumaça, enquanto o Paraná encontra todas as dificuldades pela frente. Há a viagem Curitiba-Lapa, sei disso. E tem sido este o obstáculo preferido nas argumentações da Rede Ferroviária Federal, ao anunciar manter de reserva as máquinas e composições que poderiam estar percorrendo outros trechos. Não é uma justificativa, pois em um ano de implantação apenas uma viagem não pôde ser concluída pela Maria Fumaça no trecho Lapa-Curitiba. E na ocasião, uma máquina Diesel estava pronta para prestar socorro e transportar os passageiros. Logo, não há como se explicar.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Precisamos impor nossos direitos de um tratamento igual ao que outros Estados têm merecido no setor turístico. Mais ainda por termos colocado um paranaense a dirigir a Rede Ferroviária Federal. O desenvolvimento e a geração de empregos em nosso litoral dependem do incentivo ao turismo. E uma união desta Casa em torno dessa luta pela implantação da Maria Fumaça no trecho Morretes-Antonina, será uma grande força à pretensão dos tantos e tantos que dependem do movimento turístico da região.

Não só o município de Antonina, não só o município de Morretes, mas também as praias do litoral do Paraná estariam sendo bem servidas por esta composição.

Estou neste instante apelando ao Presidente da Rede Ferroviária Federal, o Senhor Osiris Stenghel Guimarães para que tenha um pequeno espírito paranista e possa atender a justa reivindicação da população do litoral do Paraná, mais especificamente dos municípios de Morretes e Antonina, os paranaenses e os brasileiros que se servirão desta composição."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Senhor Deputado Luiz Carlos Aborghetti.

O SR. LUIZ CARLOS ABORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem, talvez não tenha sido compreendido pelo meu companheiro Senhor Deputado

Algaci Túlio quando me referia ao Grupo Atalla. O Grupo Atalla não é do Paraná, mas mantém em Porecatu uma grande usina de álcool, açúcar e, há anos através do rádio e da televisão eu venho acompanhando uma série de denúncias contra o Grupo Atalla do Estado do Paraná.

Acompanhei também o trabalho do ilustre Parlamentar Paulo Furiatti e de um ex-Parlamentar, Deputado Fiori Luiz, quando aqui participavam de uma CPI para apurar as dívidas deste Grupo para com o Estado do Paraná, o Badep e o Banco do Estado do Paraná.

A CPI parou. Os Deputados foram ameaçados; a própria imprensa acompanhou toda esta CPI.

E ontem, quando se discutia nesta Casa, o empréstimo da Copel eu dizia a meu ilustre companheiro, jornalista, radialista em um aparte, que há necessidade de que o Governo do Estado mande averiguar, mande estudar quanto deve este grupo ao Badep, quando deve ao Banco do Estado do Paraná.

Tanto é que eu e alguns companheiros da minha bancada estamos propondo uma audiência com o Governador Álvaro Dias, vamos dizer da preocupação e do interesse que demonstrou o Governador nos palanques em praça pública durante a sua grande vitória no dia 15 de novembro.

Após esta audiência estamos pretendendo criar uma CPI para analisarmos, estudarmos, vermos de perto da realidade, se este Grupo Atalla, quanto ele deve ao Badep, quanto ele deve ao Banco do Estado do Paraná; qual seria a forma de negociação para que este grupo pague o que deve ao Estado.

Ontem, eu dizia até da comparação ilustre Deputado Algaci Túlio, que se nós recebêssemos este dinheiro, quem sabe até não precisássemos ir buscar dinheiro fora, pois temos tanto dinheiro para receber deste Grupo no Paraná. Depois surgiu aí, que este grupo teria até financiado alguns Deputados.

A mim não, porque eu não conheço, não tenho intimidade com este grupo e mesmo que tivesse não aceitaria propinas para a minha campanha política. Elegi-me sozinho, num caminhão; sozinho percorri o Paraná inteiro em cima de um caminhão, sem participar de caminhões de ninguém e consegui ser o Deputado mais votado do Estado do Paraná. Fui o Deputado mais votado na minha cidade, com trinta e quatro mil votos sem receber ajuda de ninguém. Ajuda, sim, de um grupo de amigos que me cercavam.

Mas, foi dito nesta Casa, que este grupo financiava políticos do Paraná.

Eu também quero saber quem são os políticos que são financiados por este grupo. Porque eu quero é que meu Estado receba o que este Grupo lhe deve. Nós temos



muito dinheiro nas mãos do Grupo Atalla. Então, quero que este grupo pague. Se ele não paga, nós queremos que o Governo faça uma nova negociação desta dívida, porque este dinheiro virá em muito beneficiar; este dinheiro poderá ser injetado em novas indústrias. Porque nós temos uma série de pequenas indústrias no Paraná, que quando não pagam o Badep eles são chamados às falas da justiça. Os agricultores, quando financiam o seu maquinário, as suas terras como disseram vários parlamentares que ocuparam esta tribuna, como disse o senhor agora pouco, em outros pronunciamentos que Vossa Excelência fez nesta Casa. O pequeno agricultor, quando não paga o que deve ao Bradesco, ao Banco Itaú, ao Banco do Estado, eles vão para o Seproc, vão para o cartório, vão para a Justiça e tem as suas terras tomadas.

E por que não fazem nada contra o grupo Atalla? Por que é que não tiram a sua propriedade? Por que é que não estão nas barras da Justiça? Alguma coisa está errada. Então, quero saber o que é que está errado. É um direito que me assiste!

Por isso é que quero, com um grupo de Parlamentares desta Casa, visitar o Governador Álvaro Dias para trocar idéias com ele; vamos ver e, se necessário for, vamos abrir uma CPI, doa a quem doer!

Quem tiver "culpa", não entra!

Agora, quem não for cúmplice desse Grupo, apóie esta CPI e dela participe para esclarecer o que é que está acontecendo com esta dívida no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Concedo a palavra ao Senhor Deputado Antônio Belinati, inscrito.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

A imprensa do Paraná acompanhou há quase um mês atrás, uma matéria que foi muito bem recebida, aplaudida pelos milhares de servidores públicos do Paraná. Uma matéria com um título curioso, a respeito do gatilho salarial para o funcionalismo público estadual do Paraná.

A manchete de quase todos os jornais informava à opinião pública, que o Governador eleito, Álvaro Dias, mandou disparar o gatilho, para corrigir a defasagem nos salários dos servidores.

Houve uma euforia grande, Senhor Presidente, Senhores Deputados, na Capital e no Interior, dos ativos e dos inativos também, e creio até que esta manchete tenha aumentado ainda mais a popularidade do Governador Álvaro Dias, por parte dos servidores que não votaram em seu nome para

Governador.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, os supermercados continuam remarcando preços; o Governo continua subindo a gasolina, o gás de cozinha, os remédios subiram 60%; os banqueiros e algumas financeiras estão assaltando o nosso povo, porque, vergonhosamente, o povo está sendo assaltado quando tem que contrair empréstimos num banco ou numa financeira, e não tem ninguém para punir esses que estão assaltando os trabalhadores brasileiros, cobrando taxas de juros de até 1.087% ao ano. O cidadão que fizer um empréstimo de Cz\$ 30.000,00, se for pagar daqui a doze meses, vai pagar quase Cz\$ 400.000,00 pelo empréstimo. Por tudo isso, num País em que a inflação disparou, em que os gananciosos perderam a vergonha, mais do que nunca, Senhor Presidente e Senhores Deputados, a classe do funcionalismo está vivendo dias de amargura, de aflição, de desorientação, de aperto, de endividamento; milhares estão enforcados, reduzindo o seu padrão de vida.

E é por esta razão que, nesta tarde, eu venho cobrar, que se coloque em prática, a manchete de um jornal, que não foi mentira, porque esta foi divulgada, praticamente, em toda a imprensa do Paraná. Mesmo sabendo que o Governador Álvaro Dias ainda não tomou posse, nós sabemos que ele já tem acesso, e está tomando todas as decisões que envolvam gastos no Governo do Paraná.

Por tudo isso, Senhor Presidente, nós não pretendemos criticar nem João Elísio, nem Álvaro Dias, mas, queremos fazer a cobrança desse gatilho, e pedir, Senhor Presidente, que o gatilho que anda enfiado, está atirando mais contra o trabalhador do que qualquer outra coisa, mas mesmo assim, que esse gatilho seja disparado e o salário do funcionalismo seja corrigido. Vamos para dois aumentos que deveriam ser concedidos. A perda salarial do funcionalismo é muito grande e o nosso desejo é que, no mais tardar na próxima semana venha para esta Casa alguma mensagem, ou mesmo independente de qualquer mensagem, Senhor Presidente, que na folha de pagamento do mês de março, o funcionalismo seja contemplado com isso, que não é aumento, mas apenas para corrigir, porque o gatilho é disparado é porque a inflação já está bem na frente! E que este mês, o funcionário público não volte para casa de cabeça baixa, nervoso, aborrecido, endividado, sem saber o que fazer com tanta dívida para pagar e com um salário tão pequeno. Já que acenaram com esta esperança que trouxe alegria para o funcionalismo, que cumpram.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador)



O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli, inscrito.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, nobres colegas.

Vou valer-me de dados denunciados aqui nesta tribuna, por dois colegas: companheiro Algaci Túlio e também do companheiro Orlando Pessuti, além de outros, para chamar a atenção de todos os que compõem esta Casa para os fatos que estão acontecendo: os portuários em campo de concentração, os petroleiros cercados pela tropa do Exército, a Polícia intimidando agricultores, e gostaria de perguntar, especialmente à maior força política desta nação, chamada Aliança Democrática, "PMDB", que já tem demonstrado, nesta Casa, ser o rolo compressor. Eu gostaria de perguntar: o que está faltando ainda para tomar as providências cabíveis? Ao nosso ver, se é verdade, eles estão com a faca, o queijo e o pão, se é como eles falam, ou então eles têm que vir aqui, neste Plenário e explicar o porquê que eles não mandam nada nesta Nação! Eles têm que vir nos explicar qual é a força do maior Partido do Universo! Partido chamado PMDB, e desta força da Aliança Democrática.

Eu queria aproveitar este expediente para chamar a atenção e para desafiar: ou eles assumem ou explicam porque que não assumem! Porque, na prática nós vamos olhar e comparar. Não tem diferença alguma entre a ditadura da Velha República e a falsa democracia da Nova República! A única diferença, para mim, significaria pôr a farda; é só a farda que está faltando.

O procedimento do movimento dos suinocultores em 1980, no tempo do General Figueiredo, no Sudoeste, foi da mesma forma como está sendo agora. O que é que mudou? Na luta pela reforma agrária, no tempo de João Figueiredo, nós temos que lamentar para que esse tempo não volte mais, temos que superar isso. Com três meses de acampamento se conseguiu no Paraná, áreas para assentamento de mais de mil famílias com a força da pressão. Na Nova República, quatro mil, cinco mil agricultores acampados não se conseguiu nem quinhentos agricultores, com muito mais pressão. O que mudou? Não mudou nada. Põe-se a farda e continue tudo como está.

É preciso que o Partido Majoritário, e a bancada majoritária, que se diz do poder nesta Nação, e também nesta Casa tem levemente manifestado isso, que se explique, ou eles mandam, ou contam o que são.

Muito obrigado.- (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) -  
Concedo a palavra ao último orador

inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado José Alves.

O SR. JOSÉ ALVES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Senhoras Deputadas, imprensa e público presente. Ontem, eu disse nesta tribuna que uma empresa paranaense havia gasto dinheiro com certos candidatos do PMDB. Mas, Srs. Deputados, não foi pensando em nenhum desta Casa. Como foi noticiado em vários jornais do Paraná, inclusive no "O Estado do Paraná", um grande jornal da nossa terra, aqui está a denúncia para quem quiser ver o nome do Deputado que foi privilegiado por esse grupo; trata-se do Deputado Hélio Duque. Então, quero dizer que não foi pensando em nenhum dos Senhores. Parece que até houve polêmica; eu sei que cada um fez sua campanha com seus recursos, com suas dificuldades como eu fiz a minha. Então, hoje, estou aqui para tirar a dúvida, anunciada em vários jornais; ele não é daqui e sim de Londrina. Portanto, creio que fica certo. Quem quiser ver, está aqui fotocópia do artigo publicado.

Muito obrigado.- (Sem revisão do orador.)

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente, concedendo a palavra ao Sr. Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê:)

"Preliminarmente, como Líder da Bancada Majoritária nesta Casa de Leis, gostaria de saudar os nobres colegas que, independente das siglas partidárias, estão aqui a representar o povo do Paraná. Com prazer revejo companheiros de outras Legislaturas; congratulo-me com vocês. O trabalho fecundo realizado em prol das comunidades que representam, garantiram-lhes a renovação do passaporte para mais um período parlamentar. Parabéns, pois obtiveram anteriormente a passagem pelo difícil vestibular das urnas e neste pleito lograram a recondução e a titulação de pós-graduados como mestres na política do trabalho e no trabalho político de representação popular.

Igualmente, saúdo os novos Deputados. Que o sangue novo representado por Vossas Excelências dinamize este Legislativo. Tenho certeza de que esta transfusão será benéfica para que este Parlamento continue os debates e as decisões que irão presentear o Paraná com quatro anos que certamente marcarão a vida política e administrativa deste Estado.

Companheiros:

Ocupo hoje a tribuna para tratar de um dos assuntos dos mais atuais e polêmicos

da vida nacional: trata-se da moratória, ou melhor, da suspensão temporária dos pagamentos de parte de nossa dívida externa.

O corte súbito da verdadeira hemorragia cambial vem despertando as mais descontraídas opiniões. Desencontro de números. Opiniões errôneas motivadas por falta de acesso a informações vitais. Malabarismos de oratória política que procuram, fraudando os fatos, fazer crer aos brasileiros que os banqueiros estrangeiros são bons e o Brasil não é confiável.

Vamos, portanto, aos fatos, aos números, ao histórico. À verdade sobre a dívida externa brasileira.

Inicialmente, é preciso salientar que esta não é a primeira vez que o Brasil deixa de ser pontual com seus compromissos internacionais. Tivemos a suspensão do pagamento da dívida externa em 1898 (com Campos Sales); em 1913 (com Hermes da Fonseca); em 1931 e 1937 (com Getúlio Vargas); e em 1982 (com João Figueiredo). Em todas estas ocasiões, em particular na última, perdemos a oportunidade histórica de continuarmos importando poupança externa em bases aceitáveis.

Hoje, a situação é bem diferente das anteriores. Se não, vejamos:

O Brasil de hoje não está insolvente e muito menos exaurido de recursos. Em termos internacionais, é considerado inadimplente o país que não arca com seus compromissos por três meses seguidos; não é o caso de nosso País hoje. Por outro lado, temos saldo comercial e reservas suficientes para cobrir os compromissos de curto prazo. Portanto, a realidade de 1987 não pode e não deve ser comparada a períodos anteriores.

Mas, o que se deve levar em conta é que não renegociar a dívida externa em bases realistas é ficar indefinidamente administrando crises.

Se é verdade que os políticos agem pensando na próxima eleição e os estadistas trabalham de olho na próxima geração, é preciso reconhecer que desta vez estamos tentando algo mais duradouro, administração típica de estadistas, comportamento de que carecia este País há muito tempo.

Necessário se faz salientar que não estamos declarando moratória. Também não estamos suspendendo os pagamentos por noventa dias.

O Sr. Caíto Quintana - Concedo o aparte ao Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Ilustre Deputado Caíto Quintana. Inicialmente, quero expressar o agradecimento a Vossa Excelência, pela saudação que faz aos Deputados antigos e aos novos companheiros que chegaram a esta Casa, pela livre e soberana

manifestação do povo nas urnas. Mas, aproveito também, para felicitar Vossa Excelência pela justa e merecida reeleição e retificar nossa particular e especial admiração a Vossa Excelência que tem sido um Líder de uma grandeza extraordinária; tem tido amplo diálogo com as demais Lideranças, com os Deputados dos vários Partidos, e nós nos sentimos felizes e gratos por esse tratamento que Vossa Excelência tem dispensado, em especial à Bancada do PDT nesta Casa.

Os nossos cumprimentos por esse respeito de Vossa Excelência.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço sensibilizado, Deputado Antônio Belinati, até porque não vejo na vida parlamentar e nas diversas Bancadas com assento nesta Casa, um compromisso maior do que os Partidos de Oposição, que aqui têm assento, de exercitarem na plenitude dos seus direitos regimentais, um embate que aqui deve ser transado, para assim chegar à luz e à razão do que é melhor para o Paraná. Mas, também, tenho Deputado Antônio Belinati, o mais profundo respeito por Vossa Excelência, e tenha a certeza de que me é gratificante conviver nesta Casa com homens experientes na vida pública, como Vossa Excelência. Se assim fosse, os banqueiros simplesmente deixariam o tempo passar e daqui a três meses voltariam aos seus recebimentos. A não fixação de prazo foi medida de bom senso. Agora, a bola quadrada foi passada para os credores. E quanto mais arrastar-se o acordo, tanto mais complicado vai ficando o fluxo de caixa dos bancos estrangeiros. A pressa agora passa a ser deles.

Prova eloqüente de que negociações seriamente conduzidas quase sempre chegam a bom termo, foi o acordo firmado no mês passado com o Clube de Paris, organismo informal composto por dezesseis países desenvolvidos e no qual se concentram as dívidas de governo a governo. Conseguimos, em bases aceitáveis, a prorrogação de débitos de oito bilhões de dólares que agora passam a compromissos de longo prazo.

É preciso deixar claro que a suspensão dos pagamentos não é genérica. Ela abrange apenas os juros de bancos comerciais particulares responsáveis por 67 bilhões de dólares de nosso passivo, sendo 24 bilhões a bancos americanos e 43 bilhões a instituições não americanas.

Para 1987, o total a saldar com esses 614 bancos seria, só de juros, de 5,6 bilhões de dólares, dos quais 200 milhões foram pagos até 20 de fevereiro último.

Portanto, e isto é preciso ficar bem claro, todos os nossos débitos com organismos de fomento internacional e instituições governamentais serão honrados pontualmente, bem como as remessas de lucros,

dividendos e repatriações de capital.

Há que se esclarecer o que o Brasil andou fazendo para dever tanto. Afinal, em 1980 a dívida externa total era de 55 bilhões de dólares. Hoje está na casa dos 111 bilhões. 56 bilhões de dólares a mais.

A verdade é que durante este tempo o setor público não lançou nenhum novo projeto e mal conseguiu tocar as obras em andamento. Inclusive algumas de grande porte como a Ferrovia do Aço e o Programa Nuclear foram parcialmente desativadas.

E aqui, portanto, vem o quase inacreditável: nesses seis últimos anos o Brasil pagou a devastadora soma de 66 bilhões de dólares somente em juros - eu chamo a atenção para o dado: devíamos 55, pagamos 56 bilhões de dólares somente em juros e ainda estamos devendo 111 bilhões de dólares.

Quer dizer, nestes anos 80, a dívida adicional de 56 bilhões de dólares não serviu nem sequer para pagar os juros. Isto, Srs. Deputados, já não é mais dívida externa. É sim, uma dívida eterna. A não ser que providências sejam tomadas.

Deve-se descartar a idéia errônea de que o Brasil é o maior devedor do mundo e portanto não tem autoridade para falar em alterações nas normas vigentes.

Mede-se uma dívida pela capacidade de pagá-la. Podemos, no momento, ser encarados como o maior débito nominal, mas não como o país mais endividado.

Prova disto é que, somente a título de comparação, esclarecemos que o Brasil deve o equivalente a 1/3 do seu Produto Nacional Bruto; a Argentina quase 2/3 de seu PNB. A dívida externa per capita verde amarela é de 860 dólares; cada argentino deve 1.810 dólares.

O serviço da dívida brasileira devora 45% de nossa receita com exportação; o mesmo serviço, fica com 75% das vendas externas da Argentina.

Este é apenas um exemplo. E o que dizer de outros países em desenvolvimento em situação ainda mais precária?

É inegável que, a continuarem as mesmas relações financeiras atuais, os países desenvolvidos ficarão cada vez mais ricos, às custas das nações pobres, condenadas a se tornarem cada vez mais miseráveis.

E como fica o desenvolvimento do Brasil e a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros? Sem futuro, com o atual quadro. Ou com futuro, com negociações.

Negociemos, portanto. Vamos obrigar os banqueiros internacionais a conversar. Caso contrário, estaremos comprometendo o Brasil de hoje e os brasileiros de amanhã.

Parece-nos natural a relutância externa. Os estrangeiros não querem deixar de ter a atual cômoda posição. Afinal, o Brasil não é apenas o maior devedor nominal,

mas tem sido também o melhor pagador.

Neste ano, por exemplo, o CITIBANK espera retirar só do Brasil 20% dos seus lucros totais. O CHASE MANHATTAN, 23% e o BANK OF AMERICA 34% do seu lucro que estão baseados nos juros cobrados de um País que precisa se desenvolver, com o sacrifício do seu povo, com a miséria espelhada em todos nós num país que se chama Brasil, enriquecendo o lucro dos grandes banqueiros internacionais.

Estamos pagando a maior taxa de risco, superior a da Nigéria, da Bolívia ou da há muito tempo falida Polônia.

Somos a 8.<sup>a</sup> maior potência econômica do mundo capitalista e temos servido apenas como a "galinha dos ovos de ouro" para o sistema internacional. É preciso nos conscientizar que, em termos econômicos, já temos esporas. Já é hora portanto, de "cantar de galo".

Senhor Presidente, Senhores Deputados, a falência não é verde-amarela: é global. Os países do Terceiro Mundo já devem, em conjunto, mais de 1 trilhão de dólares; a América Latina, sozinha, mais de 400 bilhões de dólares. Ninguém está com os compromissos em dia. É uma prova inequívoca de que estamos precisando de uma nova ordem financeira internacional.

As estratégias internacionais, Senhor Presidente, Senhores Deputados, são colocadas à prova em cada instante da vida dos países em desenvolvimento. Bastou o Brasil acenar com a suspensão da nossa dívida externa e os nossos países da América Latina, vizinhos nossos em geografia e vizinhos nossos em sofrimento, como a Argentina como a Bolívia e tantos outros que estavam com as portas fechadas para injeção de novos recursos foram chamados aos grandes bancos e temporariamente lhes injetaram recursos com o único ardil de deixar o Brasil falando sozinho na América Latina na sua firme posição de negociar em favor dos brasileiros uma dívida que massacra inteiramente a Economia e o desenvolvimento da Nação.

Mas, a culpa dos altos juros é fruto da incompetência daqueles que tomam emprestado. Podem afirmar alguns não muito íntimos dos mecanismos da Economia internacional.

Isso não é verdade, Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O sistema financeiro mundial trabalha tradicionalmente com taxas de juros flutuantes, que não permitem ao tomador saber de antemão quanto irá pagar de juros nos anos posteriores. Paga-se a taxa vigente da LIBOR E PRIME RATE referenciais européia e americana. Quer dizer: quem dita a taxa de juros, a seu bel-prazer, é quem emprestou o dinheiro.

Basta a inflação americana ou européia

subir e os juros também sobem. E que culpa temos nós do aumento de preços ou da curva ascendente do déficit dos Estados Unidos? Nenhuma. Mas somos nós que pagamos a fatura da aventura espacial e da guerra nas estrelas.

Mesmo agora, em época estável, com inflação dos Estados Unidos ao redor de 2%, a taxa de juros oscila por volta de 8%. Seria o mesmo que querer cobrar 80% de juro num mês, porque a inflação interna está perto de 20%. Isto é ilógico. É o que dizer então da Alemanha Ocidental que no ano passado teve inflação ZERO? Como justificar uma remuneração tão fora de propósito para os capitais advindos da Europa?

Hoje, repetimos, os juros flutuam no patamar de 8% ao ano. Mas nada impede que daqui a 3 meses sejam de 12%. E no segundo semestre de 16%... Afinal, já chegamos a arcar, em 1981, com taxas anuais de 21% ao ano!

Isto é expolição. Atropelados pela jamanta dos juros continuamos a doar sangue ao motorista que nos atropelou. Até quando? Até quando tivermos coragem de enfrentar aquilo que já se convencionou chamar de "síndrome dos olhos azuis" - referência ao nosso complexo de inferioridade em relação aos países desenvolvidos.

E o Fundo Monetário Internacional, organismo do qual somos sócios fundadores? Por que o rejeitamos?

Lembremo-nos que em 1982 o Brasil recorreu e submeteu-se à ortodoxia econômica do FMI. Aceitou a receita do desemprego, da recessão e do arrocho salarial. E o que nosso País resolveu medicando-se com esses remédios? Nada. Continuamos com a mesma doença. Então, não vamos continuar com o mesmo médico. A não ser que ele se proponha a mudar a receita. Aliás, de uma coisa podemos estar certos: sabemos errar sozinho.

Reordemo-nos que a imposição primeira do FMI é diminuir o déficit público interno. Ora, no ano passado o déficit público brasileiro foi de 2,1% do PIB. Itália, Estados Unidos e Alemanha tem déficits internos maiores. Eles é que devem ir ao FMI. Principalmente os Estados Unidos que gasta mais do que tem, obriga-se a emitir títulos a altos rendimentos e com isto puxa a taxa de juros interna e esta, por estar atrelada às finanças internacionais, pune de imediato os países tomadores de empréstimos em dólares. E ainda nos chamam de país irmão...

Mais alguns podem estar a indagar: se não chegar acordo poderá vir a retaliação. É verdade. Primeiro poderão nos acenar com pressões diplomáticas e bancárias. Depois, quem sabe, retaliações.

Seria o confronto. Devemos correr o risco? Acharmos que sim. Afinal, ninguém é

vitorioso se, antecipadamente não ousar ir à luta.

Mas, não queremos o confronto. Nunca o desejamos. Até agora falamos apenas em negociação.

Entretanto, se preciso for, temos que mostrar virilidade. O Brasil também tem poder de fogo para retaliar. Podemos ter certeza: além dos aspectos políticos em jogo, são também incontáveis os interesses das multinacionais em nosso País. Acreditamos que as corporações estrangeiras seriam as primeiras a propor a trégua.

Retaliação recíproca seria o caos para todos, com riscos incalculáveis, até para além do âmbito econômico. Isto o Brasil não quer. Ninguém deve querer. Então, cremos que prevalecerá o bom senso.

Não se deve esquecer que não estamos nos jogando em uma aventura. Temos propostas bem claras.

Os dólares correspondentes aos juros sobre a dívida com os bancos comerciais estão sendo depositados em cruzados, em contas especiais, em nome dos credores. Queremos que eles sejam transformados em investimentos diretos internos. Com isto, evitaríamos o envio de divisas e reativaríamos o fluxo de investimentos externos interrompidos nos últimos anos. Estamos nos propondo a crescer e a produzir mais riquezas, parte das quais serviria, em contrapartida, para pagar pontualmente nossos credores.

Por outro lado, é preciso estabelecer que os juros pagos pelo Brasil não passem de um determinado patamar. Um número razoável seria 2,5 do PIB, o que equivaleria a cerca de 7 bilhões de dólares anuais. Atualmente, estamos remetendo entre 3,5 a 4,5% do PIB, o que significa de 10 a 12 bilhões de dólares por ano, apenas a título de investimento.

Outra alternativa é estabelecer-se uma porcentagem fixa em relação às nossas exportações. Desta forma, quanto mais os países credores adquirissem nossos produtos, mais receberiam a título de juros. O que não se pode admitir é o atual protecionismo comercial dos países desenvolvidos, que não faz distinção entre o rico e maior credor mundial que é o Japão e o ainda subdesenvolvido e deficitário Brasil.

Repetimos: temos propostas razoáveis. Estamos também abertos a outras propostas. Chegou a hora de negociar e é importante que os credores se convençam disto.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. É nossa obrigação de brasileiros apoiarmos a atual decisão corajosa do Governo, mesmo reconhecendo que ela já poderia ter vindo há mais tempo.

A iniciativa do Brasil, por sua importância em se tratando de dívida externa,

reacende a possibilidade de negociação global da dívida dos países do terceiro Mundo, uma vez que enfrentamos um período de crise geral dos débitos para com as nações ricas.

Reconhecemos que a renegociação dos juros da dívida externa não representa, por si só, a salvação nacional. Internamente, há que ser adotada, entre outras, uma política apropriada de rendas, preços, salários, déficit público, juros e subsídios.

Nosso ajuste econômico, desta vez, tem que começar de fora para dentro. Equacionado o problema externo, teremos tranqüilidade para programar e executar o Brasil economicamente dinâmico, politicamente estável e socialmente justo para todos os brasileiros.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Tenho acompanhado, no curso dos dias da abertura desta Legislatura, a colocação de problemas mil que atravessa a Nação brasileira, desde os recursos destinados à agricultura aos recursos dos vários gêneros de aplicação no campo social.

Há necessidade desta Nação investir para o bem do povo brasileiro. No entanto, há uma coisa que não se faz de bolso vazio. Depende o Brasil necessariamente de caixa financeiro no Tesouro Nacional para poder equacionar as dificuldades internas desta Nação.

Como poderíamos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, resolver o problema de caixa do Tesouro Nacional. Poderíamos aumentar impostos. Já foi tentado isso, muitas vezes, à custa do sacrifício da massa produtiva deste Brasil. Descarta a Nova República esta possibilidade. Poderíamos emitir mais dinheiro, girar a máquina e fazer cruzados para que o dinheiro chegasse fácil às mãos do brasileiro, mas geraria inflação, distúrbio da nossa economia, problemas para o brasileiro e isso descartaria também a Nova República.

Há um outro caminho. Se não podemos aumentar o fluxo de dinheiro que entra na Nação, se há aumento de taxaço e emissão de novos dinheiros, podemos cortar a sangria dos recursos que saem do Brasil a pagamento de títulos, de juros de comissões a bancos desenvolvidos de países internacionais.

Há que cortar esta saída de aproximadamente um bilhão e duzentos milhões de dólares somente de juros da economia do povo brasileiro, retendo este dinheiro aqui dentro, aplicando com sabedoria para podermos gerar o equilíbrio social que a Nação brasileira está a cobrar.

Por isso, companheiros Parlamentares desta Casa, no instante em que enfrentamos a dificuldade da agricultura até com recursos para gerar custeio de lavouras e

que encontramos o caixa nacional com dificuldades para comprar a produção, em que falamos em construir a armazenagem para estocagem de regulamentação da nossa produção, em que falamos da necessidade da construção de casa própria, de habitação mais justa, de escolas para os carentes, nós temos que lembrar dos programas sociais que são todos eles calcados na realidade do País ter a sua disposição recursos para suas aplicações.

O caminho, pela primeira vez, se trata com altivez. Não vamos negar a nossa conta, mas vamos pagá-la até o limite do sacrifício do povo brasileiro.

Não é justo que a metade da produtividade desta Nação seja gasta para enriquecer os bancos credores. Não é justo que o mercado internacional continue a espoliar as nações subdesenvolvidas matando nos freios o seu próprio desenvolvimento. E vejo, com tristeza que, quando o Ministro Dilson Funaro retorna de uma peregrinação pelos países credores, tentando colocar aos olhos dos governantes dos países desenvolvidos, o sacrifício por que passa o Terceiro Mundo, o sacrifício por que passa a América Latina, retorna para casa com poucos acenos de boa vontade dos Governos intercederem nos seus bancos para poder renegociar com maior dignidade a nossa dívida.

E fico mais triste ainda quando se percebe no semblante de alguns que um possível insucesso da missão Funaro seja o insucesso de um Ministro da Nova República da Aliança PMDB-PFL.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, o fracasso da missão Funaro, o fracasso da renegociação da nossa dívida, a não aceitação das condições brasileiras é uma vez mais jogarmos nas costas do povo nacional o ônus da dívida, o ônus da sangria dos países que nos exploram. Quando falamos em reorganizar a nossa economia, todos nós Parlamentares de qualquer partido político, todos os segmentos sociais cada um dos 110 milhões de brasileiros deve neste instante apoiar a atitude corajosa do governo que tenta renegociar com maior dignidade e com menor evasão de recurso a dívida, os juros, os encargos, a sangria que sai desta Nação cada vez mais.

Por isso aqui, abrindo um novo parêntese para que venhamos nesta Casa discutir com profundidade todos os aspectos da efervescência econômica e social que esta Nação atravessa e nos pega nos primeiros dias de mandato. Que venhamos também aqui a levantar a voz em solidariedade, em apoio à medida de dizer em nome dos países pobres que basta de exploração!

Os países ricos não têm o direito de sobreviver como morcegos à custa do sangue das Nações subdesenvolvidas, que querem um

espaço para poderem crescer e suprir as suas necessidades!

E não se diga que a moratória brasileira deveria ser da dívida, porque a dívida brasileira já não se paga há muitos decênios.

Quem não pode pagar os juros, está questionando e embutindo nas entrelinhas, que o principal não pagará.

Mas, o importante a ser dito, a ser medido, é que os próprios credores internacionais não têm a menor vontade de receber a nossa própria dívida, porque lhes interessa um país que lhes deve mais de 100 bilhões de dólares e que lhes paga 8% ao ano de juro, nas suas remessas pontuais e necessárias, sem possibilidade de atraso por mais de 90 dias!

Senhor Presidente, e Senhores Deputados, pode parecer a alguns desta Casa, que este pronunciamento seja desassociado de todos os outros que aqui se fizeram, com relação ao grave problema que a agricultura brasileira está vivendo. No entanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, acredito que o tratamento da questão é uma só. O Tesouro Nacional precisa ter recursos; se não os tiver, não poderá, sob hipótese alguma, renegociar a dívida daqueles que lhe devem, porque quem tem a pagar, tem que receber para pagar; uma moratória interna, uma ampliação de prazo interno para os devedores insolventes aos bancos, para os agricultores que estão colocando na porta do Banco do Brasil os seus tratores, passa, indiscutivelmente, pela possibilidade de caixa do Governo, para poder bancar a prorrogação desses débitos. Então, é hora de assumirmos economicamente a necessidade de dizer ao Governo Federal que nesta medida, independente de sigla partidária, como brasileiros, estamos aplaudindo a que o Governo Nacional não remeta 1 bilhão e duzentos milhões de dólares para fora, para encher os cofres dos ricos, à custa do sofrimento de uma Nação que procura se desenvolver e implantar o sistema de Justiça Social.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, associando o raciocínio, na solidariedade total da nossa Bancada peemedebista, a luta dos agricultores, a necessidade da fixação de uma política justa na agricultura e na cidade, associando a nossa solidariedade como Partido forjado na luta, na resistência democrática desta Nação, para que haja mais justiça social, para que haja mais casa para os que não têm onde morar, para que haja alimentos aos famintos desta Nação, para que haja terra aos sem-terra, para que haja crédito à agricultura, para que se proceda juros mais baixos, para que se compre, na hora certa, a produção com preço mínimo, digno ao agricultor de ter o seu lucro, nós associamos a

nossa voz, para dizer "Parabéns Ministro Dilson Funaro", "Parabéns equipe econômica do Governo Sarney", pela atitude de que, com altivez, dizer aos seus credores: "Nós não vamos mais pagar os juros da nossa dívida com o sofrimento interno cada vez maior do povo brasileiro!"

Deixo aqui, companheiros, para reflexão, este primeiro pronunciamento, a respeito de dívida externa, e gostaria que este Plenário discutisse na profundidade este assunto, medíssemos aqui até onde importa uma atitude soberana de um País que não basta dizer que vai renegociar a dívida de cabeça erguida, mas vai lá com uma atitude de soberania tomada por antecipação, dizendo aos todo-poderosos banqueiros internacionais que não vamos mais continuar pagando com o sacrifício desta Nação, cada vez mais aglutinada num problema social emergente, que nós temos por obrigação responder.

Muito obrigado, Senhor Presidente  
(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Encerrado o Horário da Liderança, e como nós tínhamos entrado no Horário da Liderança do PMDB, eu consulto à Liderança do PDS, se fará uso de seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado, consulto à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro se fará uso de seu tempo.

(Declina).

Havendo declinado consulto a Liderança do Partido Democrático Trabalhista.

Concedo a palavra ao Deputado Valderi Mendes Vilela. Vossa Excelência tem nove minutos.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras que integram esta Casa como Deputadas Estaduais.

Ouvimos, com muita clareza o pronunciamento do nobre Deputado Caíto Quintana, Líder do PMDB, e para não atrapalhar o seu raciocínio, nós queríamos parabenizá-lo pelo seu pronunciamento.

Ontem foi dia de protesto nacional dos agricultores.

O que nós entendemos a respeito do que acontece hoje, na Agricultura do Paraná, sentimos profundamente o que foi dito ontem e outros dias, nesta Casa. O que nós não concordamos com alguns pronunciamentos ditos, é que aqueles que se beneficiaram, aqueles que se utilizaram do processo contra os agricultores, hoje se dizem ao seu lado. Disse muito bem, um Deputado ontem, protestando contra a presença da UDR no meio dos agricultores, mas eu queria dizer a esta Casa que existe muito mais gente, neste Paraná, que não poderia estar ao la-



do dos agricultores, nesta hora, fazendo apenas mensagem, dizendo da boca para fora e aplaudiram, no passado, um plano que arrebatou a agricultura do Paraná!

Não se pode, Senhores Deputados, não se pode, Senhor Presidente, dizer bem de um Plano de Estabilização Econômica que encheu o prato do trabalhador por trinta dias, e hoje lhe causa fome, como se isso fosse deixado ao vento, como se isso já não mais existisse! É preciso fazer os protestos, é preciso fazer muito mais em defesa dos nossos agricultores!

Meu nobre Deputado Caíto Quintana, ao lado da dívida externa, ao lado dos juros que o Brasil não deve pagar, a posição pessoal deste Deputado, não do Partido, que eu não conheço, é solidária a Vossa Excelência e aos demais, não se deve pagar os juros porque não se deve impor mais sacrifícios à classe produtora deste País, não se pode impor mais ônus à esta classe!

Ontem, eu ouvi nesta Casa, um nobre Deputado elogiar o Plano Cruzado, dizendo que tanto bem fez à Nação. Eu não concordo com tamanho absurdo e com tamanha incoerência e hoje vem defender os agricultores nesta Casa. O que nós precisamos é não ficar falando à toa, precisamos é participar!

Conversava há pouco com o companheiro David Cheriegate, do PFL, e ele me disse que estava junto com os agricultores, na região dele, é isso companheiros Deputados que nós temos que fazer, nós temos que estar ao lado do homem do campo, quando as medidas adotadas pelo nosso Governo forem incorretas, não importa o partido em que estes, temos que aplaudi-las, por isso é que nós concordamos com o que o Deputado Caíto Quintana disse, é por isso que concordo com o Deputado Luiz Carlos Alborghetti quando o mesmo reclama do pagamento de grandes importâncias aos cofres do Paraná, porque é o pequeno devedor, o devedor do executivo fiscal que está sendo massacrado e foi massacrado por quatro anos do Governo José Richa, arrancando tudo o que ele tinha. Está certo o Deputado Luiz Carlos Alborghetti. Tem que se cobrar dos grandes também. Eu disse durante a minha campanha eleitoral que isso acontecia. E hoje companheiros, só nos lembramos disso quando aparece um grupo grande. É preciso também tomar providências para que se parem, para que se possa extinguir as obrigações do pequeno comerciante que não pode mais pagar os seus impostos, é preciso uma reestruturação total.

Em nosso primeiro pronunciamento nesta Casa dissemos que aqui viríamos para não fazer uma oposição sistemática, mas sim construtiva e que os companheiros de todos os partidos poderiam contar conosco, pois estamos sempre ao lado do povo, quando o

povo nos convidar a defendê-lo, ou mesmo sem o convite, porque já nos convidaram através do voto. Por isso companheiros de todas as bancadas, o Paraná e o Brasil precisam do legislativo, nós precisamos de um legislativo forte, de um legislativo que seja procurado pelo Executivo Estadual, pelos Executivos Municipais, não de um Legislativo que corre e ajoelha-se às portas das Secretarias pedindo recursos para os seus municípios do interior e o próprio município da Capital.

Ontem, aprovou-se um projeto de grande valia, no meu entendimento, que foi o encampamento da dívida pelo Estado do Paraná, da Cidade Industrial de Curitiba. Os Deputados que votaram a favor deste Projeto, no meu entendimento estão agindo bem, em favor do povo do Paraná, não só de Curitiba. Mas existem outros Projetos tramitando por esta Casa. E é aí que eu peço a todos os companheiros. Olhem, examinem e deixem a questão partidária de lado, observem os interesses do Paraná, os interesses do povo do Paraná quando forem votar alguma matéria.

O Sr. Algaci Túlio - Solicito um aparte, Senhor Deputado.

(Assentimento).

Muito obrigado, Deputado Valderi Vilela.

Queria cumprimentá-lo pela sua posição, pelo seu pronunciamento de grande importância para esta Casa. Traz Vossa Excelência, da região de Bandeirantes, uma grande contribuição para com este Legislativo. A sua posição é a posição que nós também adotamos, uma maior seriedade para aquilo que se discute nesta Casa, porque só assim conseguiremos resgatar a credibilidade da classe política, tão mal falada, tão criticada nos últimos anos. Como por exemplo, Deputado, ontem os agricultores faziam o seu pronunciamento é bom que se saiba que o Ministro Íris Resende da Agricultura, estava inaugurando a Ponte José Sarney, no Maranhão, enquanto deveria estar junto aos agricultores. Tomara que esta ponte um dia não venha a ruir e causar uma tragédia maior neste País.

Muito obrigado.

O SR. VALDERI MENDES VILELA - Continuando, companheiros, eu quero deixar aqui no Plenário, ao Líder Caíto Quintana, do Partido Majoritário, uma proposta pessoal deste Deputado que vos fala, que seja estudado, dentro dos limites comerciais, uma moratória mais ampla ao Brasil, porque um bilhão e duzentos milhões de dólares, é muito pouco, e que não pode sair dessa terra.

Tem que se estender esta moratória a outros empréstimos.



O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Consulto à Liderança do Partido Liberal se fará uso do seu tempo. (Declina).

Havendo declinado, declaro encerrada a Hora do Expediente, e passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 47 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei ns. 291/86 e 293/86. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o encerramento da 3ª Discussão dos Projetos de Lei ns. 291/86 e 293/86, constantes da Ordem do Dia de hoje. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, acima aprovado:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 291/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 159/86), que autoriza o Poder Executivo a prestar garantias ou contragarantias do Tesouro do Estado a operações de crédito a serem contratadas pela COPEL, até o montante em moeda nacional equivalente a US\$ 700,000,000.00 (setecentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), observadas as taxas de câmbio vigentes nas datas da efetiva ocorrência das contratações e das outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO GERAL DA ASSEMBLÉIA. Em votação. Aprovado.

Concedo a palavra ao Deputado Domingos Scarpellini, para encaminhar a votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Pela Ordem, Sr. Presidente.

Vossa Excelência não havia declarado o Projeto aprovado?

O Deputado fala e Vossa Excelência mantém a aprovação da matéria?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Domingos Scarpellini para declaração de voto.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) Concedo a palavra, pela ordem, ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, o Deputado Domingos Scarpellini solicitou a palavra para encaminhar a votação, foi o entendimento deste Deputado. Vossa Excelência concedeu-lhe a palavra; após o Líder da Bancada não ter gostado da permissão da palavra é que Vossa Excelência disse que ele quer fazer declaração de voto. Consulto Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Ele poderia pedir pela ordem, até nobre líder, a solicitação do nobre Deputado José Scarpellini, para encaminhar a votação. Vossa Excelência não pode ter ouvido porque ele estava aqui atrás do Deputado Anibal Khury.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Senhor Presidente, eu quero encaminhar a votação da matéria referente à Cidade Industrial, porque a da COPEL já é matéria vencida. Então, gostaria de encaminhar a votação...

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Está aprovado o projeto, Excelência. Nencaminhamento de votação do projeto da CIC, esta Presidência dará a palavra a Vossa Excelência porém peço que aguarde esta Presidência anunciar a votação. Vossa Excelência já está inscrito.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 293/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 162/86), que autoriza o Poder Executivo a contrair um empréstimo ou financiamento externo e interno, em moeda nacional a US\$ 82,000,000.00 (oitenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte); com vistas ao saneamento financeiro da empresa Cidade Industrial de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral da Assembléia, com discussão encerrada.

Em votação e concedo a palavra ao Deputado Domingos Scarpellini para encaminhar a votação.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

Eu gostaria de, nesta oportunidade, tratar a respeito da reforma tributária, pela qual o PMDB vem lutando há muitos anos, para vê-la implantada neste País. São três mil e quinhentos municípios e não só o município de Curitiba que se encontra com super endividamento. Nós sabemos que agora o Governo do Estado vai encampar uma dívida que foi feita em nome do povo de Curitiba, quando se criou e se implantou a

cidade industrial. No entanto, agora o ônus desta dívida passa para todos os paranaenses.

Ontem ouvimos a explanação do Prefeito Roberto Requião, bem como de vários Deputados, inclusive de Deputados ilustres do PDT, que se posicionaram a respeito da matéria.

Nós gostaríamos que os municípios não precisassem ser socorridos pelo Estado, mas, no entanto, o que nós vemos na maioria dos casos são os Prefeitos de chapéu na mão, a pedir, a bater e a se humilhar, às portas dos palácios, pedindo liberação de recursos.

Nós sabemos que é através das Prefeituras, através da municipalização da maioria dos programas que o Governo Estadual e o Governo Federal vem operando neste País que teremos as soluções mais rápidas, mais eficazes. Nós sabemos que inclusive a questão da saúde, da habitação, deve ser repassada aos municípios, mas para isso é preciso que os municípios tenham condições de vida própria, para poder bancar as suas necessidades, porque na maioria dos casos os programas que são elaborados em Rio Bom, em Campinas, em Apucarana, são tratados não pelo Governo de Rio Bom, de Campinas ou de Apucarana, mas a maioria deles são tratados em Nova Iorque, no Banco Mundial ou no Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Nós precisamos de medidas eficientes na área, para que os municípios possam se autodeterminar, para que as nossas comunidades possam realmente sanar os graves e grandes compromissos que temos com o povo, com os sem-teto, com os sem-terra, com os sem-saúde, que caminham por todos os quadrantes do Paraná.

Portanto, Senhor Presidente, tem o nosso voto com a justificativa que achamos oportuna para o momento.

Era só.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Continua em votação, o Projeto.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio, para encaminhar a votação.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Mais uma vez subo a tribuna para fazer novas indagações a respeito deste projeto, projeto polêmico. Lamentavelmente somente agora alguns Deputados mostram uma certa preocupação com ele, a exemplo do Deputado que me antecedeu, quando se lembrou também do seu Município, da importância do seu

Município no contexto geral.

Eu volto a tocar na mesma tecla da necessidade de que quando vier para este plenário o projeto, o processo, para que ele venha com as devidas explicações, para que ele venha com todas as informações necessárias. Eu quero expressar meu lamento pela falta de atenção, pela omissão e pelo descaso até desta Casa de Leis diante desta matéria de suma importância para o emdividido Município que é a Capital do Estado do Paraná e para a vida do nosso próprio Estado. Refiro-me, evidentemente, ao Projeto que autoriza o Poder Executivo a contrair um empréstimo, um financiamento externo ou interno, em moeda nacional ou estrangeira, até o equivalente a 82 milhões de dólares dos Estados Unidos da América.

Lamentavelmente, dado talvez a nossa experiência de novos, de estreantes na labuta parlamentar estadual, não buscamos nos inteirar da matéria que entraria na ordem do dia neste início de Legislatura. Assim é que no decurso da própria discussão do projeto é que estamos aos poucos nos inteirando da sua importância e das suas falhas. Os questionamentos, são muitos, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Diz a Mensagem Governamental: "como contrapartida dos débitos assumidos pelo Estado, receberá da CIC S/A, em dação, em pagamento, a totalidade dos terrenos hoje existentes, desapropriados ou em fase de desapropriação, o produto da venda dos mesmos".

Senhores Deputados. Estamos aqui a extinguir a CIC. Partindo do pressuposto que o capital social da CIC é composto dos seus bens imóveis, como ficará uma empresa sem seu patrimônio, sem seu capital social? Ou não estamos aqui decapitando a CIC, a CIC que gera 70% do ICM por Curitiba? Curitiba que gera uma das maiores fatias do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Nós precisamos saber se isso é verdadeiro ou falso. Mas a omissão, o descaso desta Casa na Legislatura passada não nos permite fazer uma avaliação maior deste projeto. Assim não nos permite saber se esses terrenos, se essas áreas que serão recebidas pelo Poder Executivo na forma do artigo 5.º deste Projeto, se essas áreas já não estão gravadas. Precisamos saber se essas áreas já não estão comprometidas. Vejo aqui, neste item que especifica os imóveis da CIC dados em dação de pagamento, área em garantia. Área em garantia, Senhores Deputados, o que é que significa área em garantia ou gravada? Não serão talvez ônus reais entregues pela CIC como garantia de alguma hipoteca, de algum penhor? É a pergunta que eu faço.

Lamentavelmente o processo nada diz, o processo não me convence e eu somente votei favorável em primeira e em segunda votação, porque, na verdade, é importante para a cidade. Mas eu não quero que outros processos que venham para esta Casa venham com tantas falhas como este, que não tem um parecer sequer, que não tem um parecer da Comissão de Finanças. É isto que não se pode permitir dentro desta Casa de Leis. Eu vim aqui para ser um Deputado, para ter consciência, para ter ciência daquilo que estou fazendo, se aquilo que estou votando é certo ou se não é certo. Eu preciso sair daqui ao final dessa Sessão convencido de que fiz um bom trabalho para minha cidade, para o povo deste Estado. Não me adianta ser apenas mais um dentro deste plenário, sentando e levantando, sem saber porque é que está sentando, porque é que está levantando. É esta a minha preocupação, Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Área em garantia. O que é que significam essas áreas em garantia? Serão estas áreas alienáveis como faz supor o Projeto? Não sabemos porque o processo não informa nada absolutamente nada. As Comissões Técnicas que regimentalmente deveriam se pronunciar informando a este plenário, lamentavelmente não cumpriram com o seu dever e eu faço um apelo, Senhor Presidente. Gostaria que o mais cedo possível tivéssemos colocação dos Deputados nas devidas Comissões, porque hoje nós encerramos a Ordem do Dia com todos os Projetos votados em 3. Discussão. O que resta, então para a Sessão de amanhã?

É evidente que trarão na Sessão de amanhã Projetos em 1.ª Discussão. E como é que eu vou discutir, como é que Vossa Excelência Deputado Luiz Carlos Alborghetti vai discutir, como é que Vossa Excelência Deputado José Alves vai discutir, como é que Vossa Excelência Deputado Pedro Tonelli vai discutir um Projeto em 1.ª Discussão, se não discutiu dentro da Comissão?

É esta a posição que nós queremos dentro desta Casa. Nós queremos contribuir para o resgate da atividade parlamentar, mas, contribuir dentro daquilo que é feito de forma correta. Não queremos apenas servir de número no Plenário para dar quorum de votação ou para que a Sessão possa ter andamento.

Vejam que esse processo é um processo vazio. Onde é que estão as certidões dos registros de imóveis destas áreas oferecidas em dação? Onde está esse registro de imóveis? Não tem nada dentro desse processo! Dação, o que significa? Todos nós sabemos, perfeitamente, que é o ato pelo qual se dá a transferência da coisa para efeito de se formar definitivamente o negócio jurídico ajustado. Isto significa

que a propriedade destas áreas será transferida para o Estado. E isto será legalmente possível, Senhor Presidente? O processo não me diz que isto será possível: a Casa não sabe, porque o processo não informa nada, absolutamente nada. Nós não podemos aceitar esta situação de dúvida.

Assim sendo, Senhor Presidente e Senhores Deputados, pela total falta de condições legais e regimentais, considerando a necessidade de que este processo instruído seja devidamente com cópia das certidões do registro de imóveis das áreas fornecidas em pagamento pela CIC, requermos a retirada do presente processo de discussão, para que seja cumprido o dispositivo regimental contido no artigo 129 que diz: "nenhum projeto que importe em majoração de despesa, será discutido ou votado sem que mereça prévio parecer da Comissão de Finanças, reconhecendo a existência de receita disponível para tal fim".

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados. Faremos um requerimento em forma de questão de ordem na forma do artigo 97, do Regimento Interno, o que portanto, independe de deliberação plenária.

Repetimos a questão de ordem. Retirada do presente processo para audiência da Comissão de Finanças, na forma do disposto no Artigo 129 do Regimento Interno.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Continua em votação o projeto.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Tenho muito respeito pelo Deputado que me antecedeu na tribuna, Algaci Túlio. Sei que ele vai lutar muito neste Legislativo pela cidade que lhe deu uma votação extraordinária.

Na Câmara Municipal de Curitiba, na nossa Casa, onde iniciamos a nossa vida pública e assim como um outro Vereador da Capital, Jaime Marcelino, hoje aqui presente, naquela Casa de Leis, repito, em que deixei um pedaço de minha vida e por cuja corporação legislativa nutro ainda um grande afeto, foi testemunha da atuação do então Vereador Algaci Túlio. Atuação destacada, soberana, lutando sempre em favor da cidade. Entretanto a sua argumentação hoje não encontra respaldo nem na lógica, nem no Regimento da Casa.

Na lógica, porque as administrações não podem ser compartimentadas. O Governo não é uma entidade estanque. Um Governo sucede a outro Governo. O Poder Legislativo sucede ao Poder Legislativo. A matéria

encontra-se em fase de votação. Existe um parecer na Comissão de Finanças da Legislatura anterior, integrado por Deputados conscientes, conhecedores de suas obrigações, de seus deveres para com o povo do Paraná. Não há o que denunciar de irregular na tramitação do processo.

Agora, quanto ao mérito, nem há o que discutir. É dever do Governo do Estado, isto já deveria ter sido feito anteriormente, encampar a dívida da CIC, porque é a grande fonte geradora de ICM hoje, no município de Curitiba.

A Prefeitura, através dos Prefeitos de então, da época, e não me cabe aqui analisar, avaliar a atuação dos prefeitos que antecederam o atual Prefeito de Curitiba, cumpriram o seu papel, a sua parte. Construíram a Cidade Industrial, os terminais. Dotaram aquele conjunto dos equipamentos indispensáveis para que ali pudesse aportar capitais de fora do Estado, até do Exterior, promovendo o desenvolvimento da cidade e aumento da oferta da mão-de-obra. Agora, o município tem recebido algum auxílio de Governos Estaduais, mas em doses homeopáticas que, evidentemente, não suprem as dificuldades do município.

O município em Curitiba vive do quê hoje? Da sua renda tributária. Ele não pode absolutamente arcar com as despesas da Cidade Industrial. Há o problema das áreas. São áreas em garantia. Poder público é poder público, não quer dizer que amanhã o Estado vai se assenhorar daquelas áreas do município. Para isso existe um outro processo legislativo, aí intervindo a própria Câmara Municipal de Curitiba. Quando o município for inadimplente e esse não possa efetivamente resgatar o seu débito, o prefeito de então fará encaminhar mensagem ao Legislativo Municipal solicitando autorização ou não para alienação definitiva daquelas áreas. E o Estado, é evidente, tem que ser cercado de garantias, porque são empréstimos externos, e a própria legislação exige que nos empréstimos externos se ofereçam bens em garantia. Agora eu já disse aqui, no tempo que era líder de Governo nesta Casa, e o fui de diversos governos, que os empréstimos externos em moeda estrangeira são sempre bem-vindos. Eu não entendo esta fobia contra o capital alienígena. O empréstimo externo deve ser sempre bem-vindo porque ele promove o desenvolvimento desde que seja aplicado em obras de infra-estrutura; desde que ele seja aplicado em obras que promovam o retorno de capital.

Eu me lembro quando se discutia aqui um empréstimo externo para construção da rodovia Pato Branco-Três Pinheiros. Eu liderava na oportunidade o Governo Paulo Pimentel e me lembro perfeitamente do então Deputado Alencar Furtado, que fez um

verdadeiro carnaval contra a aprovação daquela autorização de empréstimo, dentro da sua linha doutrinária, evidentemente.

Eu disse naquela oportunidade que aquela rodovia, que aqueles dólares seriam bem-vindos porque aquela rodovia traria um desenvolvimento extraordinário àquela região. Iria gerar nova fonte de receitas: traria o crescimento da arrecadação do Estado. Foi provado isto. Vieram os dólares. Foi construída a rodovia. E ela foi o embrião do desenvolvimento do sudoeste paranaense.

A mesma coisa ocorre com a Cidade Industrial de Curitiba. Eu voto com a consciência tranqüila a aprovação desse pedido de empréstimo porque a Cidade Industrial de Curitiba já cumpriu com a sua finalidade: gerou empregos. As distorções havidas na sua construção, avaliação de terreno, isto são pormenores que não nos cabe aqui discutir, caberia à Câmara Municipal, na oportunidade, questionar. Mas, a cidade Industrial de Curitiba já cumpriu a sua finalidade. Promoveu o pleno emprego. Aqui aportaram indústrias excelentes que vieram ajudar o desenvolvimento do Estado, o desenvolvimento da cidade. Aumentaram, geraram arrecadação, geraram riquezas. Assim nada mais justo que o Governo do Estado hoje cumpra com o seu papel no negócio. Por isso, discordo prontamente do requerimento e quero fazer aqui a minha declaração de voto como Deputado também por Curitiba. Como ex-Vereador que fui, homem que sempre fez política dentro do município de Curitiba. Eu quero declarar o meu voto favorável e quero fazer um apelo a esta Casa para que prossiga no processo de votação porque não existem filigramas regimentais que possam retirar este projeto da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Continua em votação o Projeto de Lei n. 29/86.

O SR. DAVID CHERIEGATE - Senhor Presidente, para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Para encaminhar, concedo a palavra ao Deputado David Cheriegate.

O SR. DAVID CHERIEGATE - (Para encaminhar).

Ouvimos, com muita atenção, o posicionamento de vários colegas desta Casa de Leis, sobre o Projeto de Lei n. 293/86. Ouvimos, aqui o Deputado que nos atendeu, Deputado que nós respeitamos muito e tivemos a honra de ser por ele liderados na Legislatura passada.

Concordo plenamente com as afirmações dos Deputados curitibanos, no encaminha-

mento desse Projeto de Lei

Mas, eu gostaria, nobres Deputados, encaminhando esta votação, de chamar a atenção, aqui, principalmente, de Deputados, como nós, que representamos o interior do Estado do Paraná.

Vemos aqui este Projeto, onde o Governo do Estado deverá assumir uma dívida de 82 milhões de dólares, contraída pela Cidade de Curitiba.

E eu queria chamar a atenção dos nobres colegas do nosso interior, e dizer a todos que a minha cidade, a cidade que eu tenho a honra de representar, Cascavel, há oito anos se debate, luta para conseguir uma estrutura industrial, para aliar ao nosso grande potencial agrícola e econômico daquela região.

E dois Governos se passaram. O governo Ney Braga, sem nenhuma iniciativa para ajudar a industrialização de Cascavel e da região Oeste do Paraná.

Agora, recentemente, o Governo do PMDB, o Governo José Richa, em quatro anos, não deu nenhuma ajuda - e não precisava ser em dólares; em cruzeiro ou, agora, em cruzados já servia - para auxiliar a nossa cidade, na nossa industrialização. E nada foi feito!

E quando nos atemos às palavras do Deputado que nos antecedeu nesta Tribuna, e que afirmou que Curitiba não conta com recursos nem mesmo para cumprir com os seus compromissos financeiros, nós ficamos estarecidos, porque o interior do Paraná, o povo do interior do Paraná está estarecido com o atual Prefeito de Curitiba, que inseriu em todas as emissoras de televisão do interior do nosso Estado, nos horários nobres, nos horários de maior custo financeiro, mensagens, onde ele procura levar ao povo do Paraná, que não o conhece, e que, tenho certeza, não tem nenhuma intenção de conhecê-lo, propaganda paga, paga por recursos que são arrecadados da população da Capital do Estado.

Então, eu acredito que um Prefeito que joga dinheiro pela janela não tem autoridade para vir aqui pedir à Assembléia Legislativa, autorização para que o Governo do Estado assumira esta dívida da cidade de Curitiba.

Eu quero pedir até ao Prefeito rufião da nossa Capital, que se atenha a cumprir os seus compromissos com a população curitibana, esquecendo o povo do interior do Paraná e deixe de levar como está fazendo, mensagens através dos canais de televisão. Nós conhecemos Curitiba, nós conhecemos a opinião que hoje o povo curitibano tem da administração do Senhor Roberto Requião. Tenho plena convicção de que ele não tem autoridade para levar estas mensagens, visando já o voto do interior do Paraná, visando já as eleições do Governo do Estado,

para daqui a quatro anos.

Eu quero, encerrando este meu encaminhamento, dizer que até concordo com o que o Governo do Estado ajude, como tem ajudado todos estes anos, na industrialização da nossa Capital, mas que, pelo menos, pelo menos algumas migalhas sejam levadas para industrializar o interior do nosso Estado. Francisco Beltrão, Cascavel, Umuarama, Patto Branco, e tantas outras cidades estão esperando dos Governos Estaduais medidas com vistas a industrialização, porque lá nós também temos desempregados, precisamos oferecer emprego àquela população, e não somente nós estamos aqui aprovando este Projeto, mas também o governo do Estado que, tira dos impostos arrecadados do interior do nosso Estado os recursos para assumir esta dívida de 82 milhões de dólares.

Eu quero, encerrando, dizer que o meu voto será contrário a este Projeto de Lei e peço até que os Deputados do Interior do Paraná levem em consideração esta falta de apoio que existe à industrialização do interior quando forem votar este Projeto.

Muito obrigado.

O SR.PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Domingos Scarpellini.

O SR.ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, eu sei que o Regimento que eu tenho em mãos não está tão completo como o de Vossa Excelência, talvez ele tenha sido modificado, eu não sei disso, a maioria também não sabe. mas, me parece que o Deputado Scarpellini já usou da palavra para encaminhar a Discussão.

O SR.PRESIDENTE (Antônio Annibelli)- Procede a Questão de Ordem de Vossa Excelência e a Mesa agradece.

Para encaminhar concedo a palavra ao Senhor Basílio Zanusso.

O SR.BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Venho à tribuna para manifestar, mais na condição de Líder da Bancada e solicitar por meus companheiros de Bancada, uma declaração de voto unânime de seus integrantes, para que fique constatado, nos Anais da Casa, o nosso voto e o nosso posicionamento contrário, não só ao Projeto, em que se discute se o Estado assume a não responsabilidade de 82 milhões de dólares da Cidade Industrial, como também a Mensagem que votamos ontem e hoje, em que o Executivo está sendo autorizado, nesta Casa, a contrair responsabilidades financeiras, em dólares, através do empréstimo até o montante de 700 milhões de dólares, sendo 600 deles para a construção de Segredo,

e cem milhões para a COPEL realizar as obras que ela entender aconselháveis.

Esta Casa ao autorizar esta importância não tem conhecimento e não foi informada sequer das obras que pelo menos prioritariamente a COPEL pretende realizar com a obtenção desses assustadores valores. Quando nós apresentamos ontem o pedido da retirada da ordem do dia, da mensagem que autorizava este empréstimo de 700 milhões de dólares e também dando a solicitação da Bancada do PMDB com relação aos 82 milhões de dólares, era em vista de indagarmos, Senhor Presidente, porque estas matérias devem ser discutidas e votadas, agora, no início da legislatura?

Não constaram, elas da convocação extraordinária desta Casa em dezembro? Ora, então a Bancada do PMDB não votou porque não quis, porque tinha maioria bastante, e não o fez em dezembro. Porque fazê-lo agora, às vésperas da posse do futuro Governador Álvaro Dias? O que pensa Álvaro Dias de assumir o Estado agora, com uma Lei que autoriza um endividamento de mais 782 milhões de dólares, isto é, duplicando a nossa responsabilidade de empréstimos externos, quando nós estamos rolando os juros das nossas dívidas? Quem não vem pagando os juros da dívida, como pode contrair empréstimos desta ordem? Por isso, Senhor Presidente, é que nossa Bancada, por unanimidade, se manifesta contrária à obtenção destes empréstimos vultuosos.

O Deputado Domingos Scarpellini, foi feliz ao dizer que os municípios do Paraná, devem ser auxiliados e não apenas Curitiba, especialmente os vinculados ao PRAM, cujas obras alcançam cento e poucos milhões de dólares de empréstimo. Aliás, as obras que se inauguraram neste Estado nos últimos quatro anos foram obras à custa de dólares, porque a receita do Estado está comprometida com o empreguismo. E o Deputado Domingos Scarpellini lembrou que os municípios pequenos têm problemas nas suas administrações, especialmente com moradia, com casa própria, com saúde. O Deputado Domingos Scarpellini falou em educação, em saúde, nessas coisas essenciais da vida do homem do interior, que produz, que se sacrifica. Outros recursos municipais são mais bem aplicados, porque a fiscalização está mais próxima, porque os Vereadores estão mais em contato com a administração municipal, diretamente com o Senhor Prefeito.

Daí então, nós termos apresentado ontem e a Bancada do PMDB rejeitado emenda de nossa autoria, que autorizava o Estado do Paraná a assumir as dívidas do PRAM - Programa de Ação Municipalista, de todos os municípios, da mesma forma que o Estado faz com a Cidade Industrial.

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

era esta a manifestação da nossa Bancada, desejando muito que a obtenção, que a autorização para estes vultuosos valores, não tenham os Senhores Deputados que autorizam hoje, arrependimento posterior.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Em votação o projeto.

Para encaminhar, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Quando Vereador à Câmara Municipal de Curitiba, tive a oportunidade de compor Comissões que participaram ativamente da elaboração dos planos e implantação da Cidade Industrial de Curitiba. Vimos nesta solução, uma forma de proporcionar a muitos co-estaduanos, a oportunidade para exercerem atividades laboriosas e assim obterem o essencial para manutenção de suas famílias.

Vimos também a possibilidade do Poder Público arrecadar representativas somas, que viriam proporcionar novas escolas, novas estradas, novos serviços à comunidade. Com o passar dos anos, pudemos constatar a concretização destes ideais com a transferência de indústrias de porte, de outros Estados para este Estado, e o crescimento de indústrias paranaenses, que receberam ajuda do BADEP e de outros órgãos financeiros, para o seu desenvolvimento.

Hoje, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Cidade Industrial de Curitiba se constitui numa fonte geradora de ICM que não pode ser desprezada. Não apenas a Cidade de Curitiba está sendo beneficiada e eu diria até, talvez não esteja sendo muito beneficiada, porque há necessidade do sistema viário e de outros serviços municipais, talvez seja superior a arrecadação decorrente de tributos arrecadados pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

O Estado do Paraná, no entanto, recebe o seu ICM; ICM que irá beneficiar a outros municípios também.

Por isso, a posição deste Parlamentar é favorável a uma participação maior do Estado do Paraná nesta área industrial que não é só de Curitiba, mas é de todos nós. Está aí a Volvo, empresa que não se teria instalado no Paraná e não geraria ICM ao Paraná se não fosse a Cidade Industrial de Curitiba, e outras empresas mais.

Fazemos votos que o Poder Público encontre meios para proporcionar também a outros municípios de diversas partes do Paraná, condições para que indústrias de porte venham a se instalar aqui, trazendo uma condição de desenvolvimento ao nosso Estado sem provocar poluição, como está acontecendo na Cidade Industrial de Curitiba.



tiba. A posição, portanto, é favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Está em votação o Projeto.

E sobre o mesmo, requerimento do Senhor Deputado Algaci Túlio que pede a retirada, o adiamento de votação do referido Projeto, porém, esta Presidência deixa de recebê-lo, em virtude do artigo 110 do Regimento Interno que diz: "O pedido de adiamento só poderá ser apresentado antes de encerrada a discussão da matéria e será submetido à deliberação da Assembléia, independente de discussão, não podendo, no entanto, ser apresentado quando a Assembléia estiver em votação ou quando estiver fazendo uso da palavra qualquer Deputado."

O Sr. Algaci Túlio - Questão de ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, nós solicitamos, na verdade, baseado no artigo 129, do Regimento desta Casa. Não se trata - e eu quero deixar bem claro aqui - de um adiamento de discussão, da retirada deste Projeto; não estamos pedindo o adiamento de votação; estamos pedindo - isto sim, e eu chamo a atenção dos demais Parlamentares - o cumprimento do dispositivo que poderá tornar a lei, oriunda deste Projeto, nula. Nós pedimos resposta da Mesa à questão desta ordem levantada; não estamos pedindo o adiamento de discussão. Estamos pedindo o cumprimento do que diz o artigo 129, salvo se ele estiver modificado, mas pelo que eu tenho em mãos aqui, diz o seguinte: "Nenhum projeto que importe majoração de despesa será discutido ou votado sem que mereça prévio parecer da Comissão de Finanças, reconhecendo a existência de receita disponível para tal fim."

Como a Mesa vai suprir esta lacuna dentro deste Projeto, não me diz respeito. Se vai precisar retirar o processo de pauta para o controle, o artigo 129, para não tornar nula a lei, e uma decisão da Mesa para a qual eu peço evidentemente a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência responde a questão de ordem de Vossa Excelência e tem em mãos o parecer do Deputado Caíto Quintana em que, designado o Relator quando a Assembléia criou uma Comissão Geral porque o Projeto se encontrava sem pareceres. Agora, o Projeto tem um Parecer que lhe dá condições constitucionais e financeiras.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Pela Ordem.

(Assentimento).

Eu já tive oportunidade de ver esse parecer e ele não me convence porque ele não me diz nada com relação à Comissão de Finanças. Gostaria até que Vossa Excelência, através do Secretário, por gentileza, lesse este Parecer para que eu possa e os demais Deputados que não tiveram oportunidade de manusear este processo também tivessem conhecimento do que é que diz realmente este Parecer.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência informa a Vossa Excelência que o parecer foi publicado, então todos os Deputados têm conhecimento ou aqueles que não o tem é por culpa exclusiva dos mesmos.

O SR. ALGACI TÚLIO - (Questão de Ordem) -

Apenas quero deixar bem claro que não estou querendo truncar uma votação de um Projeto que é de suma importância para a cidade e dizer também que estou votando favorável ao Projeto, o que quero na verdade é que se vote um Projeto que amanhã ou depois ele não venha a se tornar nulo. Porque tenho aqui em mãos, Senhor Presidente e Senhores Deputados, uma relação de imóveis que tem o município de Curitiba na ordem de quatrocentos e dez, que eu não sei se esses imóveis aqui, estão em condições, legalmente, de ser passados para o Banestado, se em cima destas áreas já não existem obras feitas pelo município e que depois o Banestado evidentemente, pode, dentro da sua política, do seu entendimento, desmanchar essas obras - uma escola pública, uma creche, um posto de saúde ou até mesmo uma rua poderá vir a ser fechada porque esta área, agora, pertence ao Banco do Estado.

É em cima destes problemas todos que o Projeto apresenta, que estou pedindo mais uma vez a compreensão dos demais Pares desta Casa, para que haja mais seriedade quando vier para Plenário a discussão de Projetos de tamanha envergadura como este e o Projeto da Copel.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência agradece o zelo com que Vossa Excelência tem para com esta Comissão Executiva, porém, esta Comissão Executiva e esta Presidência têm, acredito, o respeito da Casa e a responsabilidade de colocar matéria em votação para que não advenha as causas que Vossa Excelência tem dúvida.

O SR. CAÍTO QUINTANA (Pela Ordem) - Apenas



para que não paire alguma dúvida sobre os Senhores Parlamentares, sobre a Imprensa aqui presente, quanto ao parecer apresentado por esta Comissão.

Não fui eu que pedi, no período extraordinário à Assembléia Legislativa pela votação de todos os integrantes, de todos os Partidos desta Casa, transformando o Plenário desta Casa, como Comissão Permanente e fui designado pelas bancadas com assento nesta Casa, como relator geral. Apresentei em Plenário o parecer sobre este Projeto que tenho em mãos, o parecer está embutido no processo. Custou-me horas de serviço, de análise profunda a respeito disso, tem cinco ou seis laudas este parecer. De forma que não aceitarei a pecha de responsabilidade. Porque pelo menos em nome desse Parlamento, designado por todas as bancadas, como relator geral dessa matéria, dei o parecer favorável por entender as razões expostas no próprio parecer e o projeto, Senhor Presidente, encontra-se em condições de ser votado.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência indaga se é sobre a mesma matéria.

O SR. ALGACI TÚLIO - Apenas para complementar e dizer que em momento algum este Deputado quis dizer da irresponsabilidade da Mesa Executiva ou até mesmo do Deputado Caíto Quintana, autor deste Parecer. Mas, este Deputado pede apenas para que haja um cuidado maior desta Casa quando de projetos de tamanha envergadura.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Casa tem por norma desde a sua Constituição, em tomar todos os devidos cuidados para que matérias sérias como essas e todas as demais aqui votadas, sempre são muito bem analisadas e muito bem entendidas pelos Deputados.

Em votação. - APROVADO.

O SR. WERNER WANDERER - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - A Mesa defere e solicita ao Sr. 1. Secretário que proceda a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Responderam à chamada quarenta Senhores Deputados. E atendendo a solicitação do Deputado Werner Wanderer, esta Presidência solicita que os Senhores Deputados que aprovam o Projeto queiram levantar-se. Trinta e três Senhores Deputados aprovam. Os Senhores Deputados que rejeitam a matéria queiram levantar-se.

Dois Deputados rejeitam. Está aprova-

do.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, votamos a favor deste projeto por entender que os municípios brasileiros, igualmente os do Paraná atravessam dificuldades.

E lamentar, Senhor Presidente, que uma emenda que apresentamos tenha sido rejeitada pelo Plenário, emenda essa que visava não discriminar nenhum município paranaense. Ou seja, que as dívidas do município de Londrina também fossem encampadas pelo Governo do Paraná.

Lamentamos profundamente, Senhor Presidente, que a nossa emenda não tivesse sido aprovada.

Passaremos à apreciação do restante da matéria da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 92/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 66/86), que objetiva criar a Secretaria de Estado da Comunicação Social - SEUS, destinada a planejar, executar e dirigir as atividades relativas à área de comunicação social do Estado, abrangendo todas as unidades da Administração Direta e Indireta, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e da Comissão Geral da Assembléia, por unanimidade. Com EMENDA ADITIVA, com PARECER CONTRÁRIO da Comissão Geral. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com EMENDA DE PLENÁRIO.

Em discussão. Em votação.

Em votação a emenda já aprovada em 2ª

Discussão. - Rejeitada.

O SR. WERNER WANDERER (Pela Ordem) - Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Os Senhores Deputados que votam contra a emenda queiram levantar-se. Os Senhores Deputados que votam a favor queiram levantar-se.

Vinte e oito Senhores Deputados aprovam; quatro Senhores Deputados rejeitam.

Está rejeitada a Emenda.

Em votação o Projeto. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 227/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 126/86), que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei n. 8.216, de 31.12.85, que dispõe sobre o imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e da C.F., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 273/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 145/86), que objetiva a revo-

gação do inciso III, do art. 2.º, da Lei n. 5.464, de 31.12.66, no sentido de excluir-se da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis, de que trata esse diploma legal, a modalidade de aquisição imobiliária decorrente de usucapião. SEM PARECER. Aprovado.

O SR. ALGACI TULIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente. Na primeira sessão dessa Assembléia, na última segunda-feira eu fiz um pedido à Presidência desta Casa para que todos nós Deputados pudessemos entender o que é que se fala quando se lê a Ordem do Dia. Acho que todos nós aqui temos um compromisso com o Estado, qual seja, o de votar as matérias importantes deste Estado.

Peço toda a gentileza, Deputado Antônio Annibelli, que a Ordem do Dia seja lida com um pouco mais de clareza porque eu ainda não me assenherei desta Ordem do Dia, porque aqui há uma forma diferente no Regimento. Na Câmara, por exemplo, quando se quer inverter a Ordem do Dia se leva ao Plenário e é ele que decide se aceita a inversão da matéria, ou não. E aqui, parece-me que não se processa da mesma maneira.

Então, é evidente que nós Deputados novos desta Casa ainda sentimos um pouco de dificuldade.

E para estes Deputados novos, em especial, peço um pouco mais de clareza e vagar para a votação da Ordem do Dia.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Atendendo à questão de ordem do Deputado Algaci Túlio, esta Presidência lerá com mais vagar a matéria.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 292/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 160/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Cornélio Procyrio o imóvel constituído de terreno urbano medindo 55.180,00m², havido pelo Estado do Paraná, por doação do próprio município, conforme especifica. SEM PARECER. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar n. 294/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 166/86), que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei Complementar n. 1, de 02/08/72, que, com as alterações introduzidas pela Lei n. 18, de 29/12/83, dispõe sobre o Conselho de Contribuições e Recursos Fiscais. SEM PARECER. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 115/86 (Mensagem n. 20/86 - ex-Proposição n. 41/86), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Empresa de Obras Públicas do Paraná - EMOPAR com as partes, datas e objetivos, conforme especifica. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 116/86 (Mensagem n. 90/86 - ex-Proposição n. 99/86), oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados em 04/07/86, entre o Estado do Paraná e os Municípios, que, especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros relacionados com o PROGRAMA DE AÇÃO MUNICIPAL - PRAM, conforme plano de aplicação e procedimentos estabelecidos nos Manuais do referido Programa. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 117/86 (Mensagem n. 161/86 - ex-Proposição n. 161/86, oriundo do PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Convênios celebrados em 28/08/86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os Municípios mencionados, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana. Aprovado.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Caio Quintana, Pedro Tonelli, Antônio Belinati, Erondy Silveiro e Basílio Zanusso, na qualidade de Líderes do PMDB, PP, PTB e PFL, constante do expediente, solicitando para que as sessões das quintas-feiras sejam realizadas a partir das 10:00 horas. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

E lembra aos Senhores Deputados que estas sessões passarão a vigor a partir da próxima semana, em virtude de os projetos não constarem para a Ordem do Dia de amanhã, em que a sessão será realizada no horário regimental, às 14:30 horas.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Pirajá Ferreira, constante do expediente, solicitando dispensa da discussão e votação da Redação Final para todos os Projetos de Lei e Resolução, aprovados em 3.ª Discussão, e que não sofreram emendas em suas tramitações, e que constam da Ordem do Dia de hoje. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hassan Abdul Ghane Hachicho, ocorrido no dia 4 de março do corrente ano. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Deoclesiano Batista Carneiro, ocorrido no dia 08 do corrente mês, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhorita Aparecida de Fátima Grigoletto, ocorrido no dia 12 de março do corrente ano, no Município de Nova Esperança. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Polidoro Antônio Fernandes, ocorrido no dia 27 de fevereiro do corrente ano. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n. 02/87, que declara de utilidade pública a Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, com cópias para a CIBRAZEM e COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DE PRODUÇÃO (CFP), encarecendo a suspensão das autorizações para utilização dos armazens do IBC, dos Municípios de Ponta Grossa e Palmeiras, para os produtores de milho que não pertençam a região dos Campos Gerais. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Haroldo Ferreira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro da Agricultura, viabilizando tratamento diferenciado pelo Governo Federal, aos pequenos e médios produtores do Sudoeste Paranaense, no que se refere aos financiamentos e investimentos. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Mário Pereira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente

ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo estudos visando estabelecer uma passagem por balsa entre os Municípios de Santa Helena e Porto Índio, no Paraguai. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando Regime de Urgência, para os Projetos de Lei ns. 320/85, 321/85, 15/86, 167/85, 202/86, 205/86, 230/86 e 265/86. Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) Senhor Presidente.

Nós gostaríamos de saber que Projetos são estes, para que nós também saibamos se é necessário Regime de Urgência ou não.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)  
(Lê o teor dos Projetos).

Em votação o requerimento do Deputado Anibal Khury. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da República, sugerindo a convocação de um plebiscito nacional, ainda este ano, para que todos os brasileiros, portadores de títulos de eleitor, se manifestem sobre o tempo ideal de duração de seu mandato à frente do governo. Rejeitado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 12, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - da Proposição n. 165/84

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 134/85

Marca ainda, uma Sessão Extraordinária para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 58/86  
Levanta-se a sessão